



**EXMO SR. CONSELHEIRO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
DE PERNAMBUCO RANILSON RAMOS - RELATO DO PROC. TC. Nº 23100651-2
PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GOVERNO EXERCÍCIO 2022 - MUNICÍPIO DE
JUREMA**

Processo 23100651-2

Modalidade: Prestação de Contas de Governo

Órgão: Prefeitura Municipal de Jurema

Exercício 2022

Relator: Conselheiro Ranilson Ramos

EDVALDO MARCOS RAMOS FERREIRA, devidamente qualificado, vem, por seu procurador devidamente habilitado, apresentar, tempestivamente, **DEFESA PRÉVIA**, em face do Relatório de Auditoria da Prestação de contas de governo referente ao exercício 2022, o que o faz consoante abaixo aduzido:

II – Dos Fatos

Trata-se de Relatório de Auditoria, elaborado pela Equipe Técnica desta Corte de Contas, relativo à Prestação de Contas de Governo do Prefeito do Edvaldo Marcos Ramos Ferreira, referente ao exercício 2022, cuja conclusão apontou a ocorrência das supostas irregularidades, relacionadas abaixo:

ORÇAMENTO (Capítulo 2) [ID.01] Inconsistência no valor de receitas arrecadadas informado no Tome Conta e aquele informado no Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) do encerramento do exercício (Item 2.1). [ID.02] Programação financeira deficiente (Item 2.1). [ID.03] Inconsistência no valor da despesa realizada informado no Tome Conta e aquele informado no Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) do encerramento do exercício (Item 2.2). [ID.04] Inconsistência no valor da despesa realizada informado na prestação de contas e aquele informado no Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) do encerramento do exercício (Item 2.2). [ID.05] Cronograma de execução mensal de desembolso deficiente (Item 2.2). [ID.06] LOA com previsão de um limite exagerado para a abertura de créditos adicionais, descaracterizando a concepção da peça orçamentária como um instrumento de



planejamento (Item 2.2). [ID.07] LOA com previsão de dispositivo inapropriado para abertura de créditos adicionais, pois, na prática, é mecanismo que libera o Poder Executivo de consultar a Câmara Municipal sobre o Orçamento e descaracteriza a concepção da peça orçamentária como um instrumento de planejamento (Item 2.2). [ID.08] Omissão no dever de comprovar a existência de superavit financeiro do exercício anterior, por fonte, disponível para a abertura de créditos adicionais (Item 2.2). [ID.09] Deficit de execução orçamentária no montante de R\$ 1.124.744,31, observando-se que foram utilizados R\$ 3.287.365,11 de superavit financeiro do exercício anterior como fonte para abertura de créditos adicionais (Item 2.3).

FINANÇAS E PATRIMÔNIO (Capítulo 3) [ID.10] Saldo negativo em conta do Quadro de Superavit/Deficit do Balanço Patrimonial, sem justificativa em notas explicativas, evidenciando ineficiente controle contábil por fonte/aplicação de recursos (Item 3.1). [ID.11] Incapacidade de pagamento imediato de seus compromissos de curto prazo (liquidez imediata). [ID.12] Incapacidade de pagamento de seus compromissos de até 12 meses contando com os recursos a curto prazo: caixa, bancos, estoques etc. (liquidez seca

RESPONSABILIDADE FISCAL (Capítulo 5) [ID.13] Relação Despesa Corrente / Receita Corrente maior que 95% (item 5.1). [ID.14] Despesa Total com Pessoal apurada incorretamente a menor nos demonstrativos fiscais, prejudicando, ao longo do exercício, a verificação precisa da obediência aos limites legal e prudencial estabelecidos pela LRF (Item 5.3). [ID.15] Inscrição de Restos a Pagar Processados a serem custeados com recursos vinculados sem que houvesse disponibilidade de caixa (Item 5.5). [ID.16] Inscrição de Restos a Pagar Processados a serem custeados com recursos não vinculados sem que houvesse disponibilidade de caixa (Item 5.5). [ID.17] Inscrição de Restos a Pagar Não Processados a serem custeados com recursos não vinculados sem que houvesse disponibilidade de caixa (Item 5.5).

EDUCAÇÃO (Capítulo 6) [ID.18] Realização de despesas com recursos do FUNDEB sem lastro financeiro, em montante acima da receita recebida no exercício (Item 6.2.2).

PREVIDÊNCIA PRÓPRIA (Capítulo 8) [ID.19] RPPS em desequilíbrio financeiro, haja vista o resultado previdenciário negativo de R\$ 280.940,09, valor que representa a necessidade de financiamento do regime para pagar os benefícios previdenciários do exercício (Item 8.1). [ID.20] RPPS em desequilíbrio atuarial, haja vista o deficit atuarial de R\$ 85.531.738,63 (Item 8.2) [ID.21]



Recolhimento menor que o devido ao RPPS de contribuição decorrente de parcelamento de débitos previdenciários (Item 8.4). [ID.22] Não adoção de alíquota sugerida na avaliação atuarial, a qual corresponde a percentual que conduziria o RPPS a uma situação de equilíbrio atuarial (Item 8.3).

TRANSPARÊNCIA (Capítulo 9) [ID.23] Nível “Básico” de transparência da gestão, conforme Levantamento Nacional de Transparência Pública (LNTP), evidenciando que a Prefeitura não disponibilizou integralmente para a sociedade o conjunto de informações necessárias (Item 9).

Todavia, as conclusões alcançadas pela equipe de auditoria deste Tribunal de Contas não merecem êxito, visto que inexistente qualquer irregularidade sujeita à reprimenda administrativa, bem como não se comprova dano ao erário em decorrência de tais práticas, motivo pelo qual a presente Prestação de Contas de Gestão deve ser aprovada, ainda que com ressalvas, conforme se convencerá nos termos das linhas adiante.

III. Do mérito.

III.i – [ID.01] Inconsistência no valor de receitas arrecadadas informado no Tome Conta e aquele informado no Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) do encerramento do exercício (Item 2.1).

Aduz a Auditoria que, analisando o Relatório Resumido da execução Orçamentária em confronto com o sistema Tome Conta, teria verificado divergência nas receitas, conforme Tabela 2.1b do Relatório, eis o teor:

Tabela 2.1b – Comparativo das receitas registradas – Siconfi x Tome Conta (em R\$)			
Receita	STN – Siconfi (a)	Tome Conta (b)	Diferença % (a – b)/a
Patrimonial	693.912,47	672.194,47	3,13
Transferências Correntes	53.474.509,67	59.381.744,54	-11,05

Registra-se inicialmente que o valor da Receita Patrimonial constante no TOME CONTAS é de R\$ 693.912,47, que corresponde a Soma das Receitas do RPPS menos as deduções de rendimentos negativos mais as receitas



do Município, que são enviadas separada através do SAGRES. Conforme destacamos abaixo:

RECEITA RPPS	DEDUÇÕES RPPS	RECEITA DO MUNICÍPIO	RECEITA TOTAL TOME CONTAS	RECEITA SICONFI	DIFERENÇA
R\$ 27.445,79	-R\$ 5.727,79	R\$ 672.194,47	R\$ 693.912,47	R\$ 693.912,47	R\$ 0,00

Quanto as transferências correntes, verificando as fontes de informação utilizadas pelo Auditor, identificamos que a suposta divergência apontada pela auditoria, trata-se das deduções das receitas para formação do **FUNDEB**, no montante de **R\$ 5.906.387,25**, evidenciada no Tome Contas – Receitas – Item: Dedução de Receitas (Transferências Correntes).

Considerando que na plataforma do Tome Contas - TCE/PE as receitas de transferências correntes são demonstradas pelo valor bruto e no Balanço Orçamentário estão evidenciadas pelo valor líquido das deduções, conforme o que determina o Manual de Contabilidade Aplicada ao setor Público – MCASP, desconfigura-se a inconsistência apontada pela auditoria. Conforme demonstrado abaixo:

RECEITA	RREO – SICONFI	DEDUÇÃO DAS RECEITAS – FUNDEB	TOME CONTAS	DIFERENÇA
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	R\$ 53.475.357,2 9	R\$ 5.906.387,2 5	R\$ 59.381.744,5 4	R\$ 0,00



Todavia, é importante observar que foram realizados ajustes na contabilidade para fechamento dos balanços e demonstrativos, tornando necessária a retificação do SICONFI. **ANEXO 01.**

Sendo assim, diante dos argumentos apresentados, resta afastada qualquer irregularidade com relação ao item em apreço.

III.ii – [ID.03] Inconsistência no valor da despesa realizada informado no Tome Conta e aquele informado no Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) do encerramento do exercício (Item 2.2).

[ID.04] Inconsistência no valor da despesa realizada informado na prestação de contas e aquele informado no Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) do encerramento do exercício (Item 2.2)

Por se tratarem de itens correlatos, a defesa será apresentada de forma conjunta.

Com a devida vênia, analisando-se o Demonstrativo da Despesa por Função constante do SICONFI. Constata-se que as despesas intra-orçamentárias foram desconsideradas na Tabela 2.2b do Relatório, o que ocasionou uma divergência ficta. Assim sendo, procedendo-se com a inclusão das referidas despesas, para fins de uma comparação justa com as despesas evidenciadas no Tome Conta, tem-se o seguinte resultado:

FUNÇÃO	STN-SICONFI			TOME CONTA	DIFERENÇA
	EXCETO INTRA	INTRA	TOTAL		
Administração	R\$ 9.704.284,29	R\$ 252.282,15	R\$ 9.956.566,44	R\$ 9.956.566,44	R\$ 0,00
Saúde	R\$ 14.025.098,77	R\$ 504.854,45	R\$ 14.529.953,22	R\$ 14.529.953,22	R\$ 0,00
Educação	R\$ 19.079.382,78	R\$ 1.725.265,80	R\$ 20.804.648,58	R\$ 20.804.648,58	R\$ 0,00

Destarte, resta comprovada a convergência dos valores das despesas por funções apresentadas no sistema Tome Conta e SICONFI, inexistindo inconsistência.



III.iii – [ID.02] Programação financeira deficiente (Item 2.1).

[ID.05] Cronograma de execução mensal de desembolso deficiente (Item 2.2).

Ressalte-se, inicialmente, que os pontos de ID n.º 02 e 05 tratam de assuntos correlatos, motivando a apresentação conjunta das razões de defesa.

É importante destacar que o processo de elaboração da programação financeira e do cronograma de desembolso consiste em uma tarefa complexa, considerando que as prioridades quanto às alocações dos recursos podem ser modificadas ao longo do exercício financeiro.

Em 2022 houve uma dificuldade técnica para as projeções das programações financeiras do exercício de 2022 de forma sazonal. **Sabendo que os anos de 2020 e 2021 foram de pandemia, fato que afetou o comportamento de arrecadação de todas as receitas municipais, o histórico de arrecadação causou uma distorção na projeção para o exercício de 2022.**

Nesse contexto, a Programação Financeira do Município de Jurema sofreu um distanciamento entre suas previsões e o resultado efetivo, devido a circunstâncias que independem da vontade do Gestor.

Outrossim, cumpre destacar que o índice de Liquidez Imediata do Município em 2022 foi de 0,82 e o de Liquidez Seca foi de 0,85, conforme as Tabelas 3.5a e 3.5b do relatório, demonstrando um excelente resultado.

Por conseguinte, considerando que embora tenha havido um distanciamento entre a programação, seu cronograma de desembolso e as receitas efetivamente realizadas, o resultado obtido foi positivo, mantendo-se a capacidade financeira do Município.

Por conseguinte, resta comprovada a inexistência de irregularidades, pelo que se espera que o apontamento seja relevado ao campo das recomendações.



III.iv - [ID.06] LOA com previsão de um limite exagerado para a abertura de créditos adicionais, descaracterizando a concepção da peça orçamentária como um instrumento de planejamento (Item 2.2).

[ID.07] LOA com previsão de dispositivo inapropriado para abertura de créditos adicionais, pois, na prática, é mecanismo que libera o Poder Executivo de consultar a Câmara Municipal sobre o Orçamento e descaracteriza a concepção da peça orçamentária como um instrumento de planejamento (Item 2.2).

Com a devida vênia, os créditos adicionais foram realizados dentro dos limites e condições estabelecidos na Lei nº 105/2021 - Lei Orçamentária Anual - 2022, com estrita observância ao artigo 8º, inexistindo transgressão legal.

É necessário registrar que a legislação que estabelece as regras de elaboração do Orçamento Anual, notadamente a Lei n.º 4.320/64, não atribui qualquer limitação quanto à fixação de percentual para abertura de créditos adicionais e que a LOA 2022, seguiu os trâmites legais, sendo aprovada pelo Poder Legislativo sem veto ao artigo 8º, que estabelecem as autorizações para suplementação por meio de Decreto.

Destaque-se, por seu turno, que o §8º do art. 165 da Constituição Federal, coadunado ao inciso I do art. 7º da Lei nº 4.320/1964, permitem que conste na Lei Orçamentária Anual autorização para abertura de créditos adicionais suplementares, não impondo qualquer espécie de limitação quanto à fixação do percentual, cabendo ao legislador Municipal/Estadual aprovar o percentual conveniente.

Quanto aos dispositivos contidos nos demais incisos e artigos da Lei Orçamentária Anual de 2022, é importante destacar que se trata de instrumentos que visam a desburocratização dos procedimentos administrativos.

Corroborando com o entendimento, é importante destacar que até mesmo o Estado de Pernambuco, por meio da Lei Orçamentária Anual do exercício financeiro de 2024 **(ANEXO 02)** estabeleceu diversos dispositivos similares aos contidos na Lei Orçamentária do município para o exercício financeiro seguinte, visando desburocratizar os procedimentos administrativos, eis o teor:



Art. 10. Fica o Poder Executivo autorizado, durante o exercício vigente desta Lei, a:

I - realizar operações de crédito por antecipação da receita relativamente ao Orçamento Fiscal, até o limite de 15% (quinze por cento) da receita corrente estimada;

II - realizar operações de crédito da dívida fundada, até o limite de R\$ 2.193.200.700,00 (dois bilhões, cento e noventa e três milhões, duzentos mil e setecentos reais), conforme constante do quadro de receitas do Orçamento Fiscal;

III - dar como garantia das operações de crédito de que tratam os incisos I e II, até o limite das referidas operações, inclusive os respectivos encargos financeiros, a parcela que couber ao Estado, nos exercícios determinados, da receita do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS e da cota-parte do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal - FPE, deduzidas as vinculações constitucionais de recursos financeiros destinados às áreas de Educação e de Saúde, para autorização dessas operações e de seus encargos financeiros, observada a legislação aplicável;

IV - abrir créditos suplementares, por meio de decreto do Poder Executivo, até o limite correspondente a 30% (trinta por cento) do total da despesa fixada nesta Lei, para viabilizar alterações ou inclusões de grupos de despesa e categorias econômicas de ações, com a finalidade de atender a insuficiências de dotações constantes do Orçamento Fiscal, do Orçamento de Investimento das Empresas e de créditos adicionais, na forma do que dispõem os arts. 7º e 40 a 43 da Lei Federal nº 4.320, de 1964, e os arts. 34 a 39 da Lei nº 18.297, de 2023;

V - abrir créditos suplementares, por meio de decreto do Poder Executivo, à conta de repasse de recursos do



Orçamento Fiscal, até o limite de 20% (vinte por cento) da despesa fixada para Fundos, Fundações e Empresas, respeitado o limite geral de que trata o inciso IV, para viabilizar alterações ou inclusões de categorias econômicas e grupos de despesa de ações, com a finalidade de suprir déficits e necessidades operacionais da entidade, não onerando o limite de suplementações autorizado neste inciso, os recursos advindos de convênios e operações de crédito não incluídos nas previsões orçamentárias;

VI - abrir créditos suplementares relativos a despesas financiadas por valores de convênios e operações de crédito não previstos, especificamente aqueles celebrados, reativados ou alterados e não incluídos nas previsões orçamentárias, na forma do que dispõem o art. 7º da Lei nº 4.320, de 1964, e os arts. 34 a 39 da Lei nº 18.297, de 2023, através de decreto do Poder Executivo, para alterações ou inclusões de grupos de despesa e categorias econômicas de ações, **não onerando, o montante destas suplementações, o limite autorizado no inciso IV;**

VII - abrir créditos suplementares, por meio de decreto do Poder Executivo, à conta de repasse de recursos do Orçamento Fiscal, até o limite correspondente a 50% (cinquenta por cento) da despesa fixada para o Fundo Estadual de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - FEM, respeitado o limite geral de que trata o inciso IV, para viabilizar alterações ou inclusões de categorias econômicas e grupos de despesa de ações, com a finalidade de suprir déficits e necessidades operacionais da entidade, não onerando o limite de suplementações autorizado neste inciso, os recursos advindos de convênios e operações de crédito não incluídos nas previsões orçamentárias; e

VIII - abrir créditos suplementares, por meio de decreto do Poder Executivo, à conta de repasse de recursos do Orçamento Fiscal, até o limite de 70% (setenta por cento) da despesa fixada para o Consórcio de Transportes da Região Metropolitana do Recife - CTM, respeitado o limite



geral de que trata o inciso IV, para viabilizar alterações ou inclusões de categorias econômicas e grupos de despesa de ações, com a finalidade de suprir déficits e necessidades operacionais da entidade, não onerando o limite de suplementações autorizado neste inciso, os recursos advindos de convênios e operações de crédito não incluídos nas previsões orçamentárias.

§ 1º O limite de realização das operações de crédito da dívida fundada de que trata o inciso II, poderá ser ultrapassado, no montante que for autorizado por leis específicas de contratação de operações financiadas por esse tipo de receita.

§ 2º O impacto no orçamento de investimentos resultante das alterações orçamentárias não será computado no limite especificado no inciso IV.

§ 3º Excetuam-se do limite exposto no inciso IV os créditos suplementares decorrentes de emendas parlamentares e os destinados ao pagamento de despesas com pessoal e encargos sociais.

Art. 11. As alterações e inclusões orçamentárias que não modifiquem o valor total da ação registrado na Lei Orçamentária Anual e em créditos adicionais, não constituem créditos orçamentários, conforme disposto no art. 35 da Lei nº 18.297, de 2023.

§ 1º As modificações orçamentárias de que trata o caput abrangem os seguintes níveis:

- I - Categorias Econômicas;
- II - Grupos de Natureza de Despesa;
- III - Modalidades de Aplicação; e
- IV - Fontes de Recursos.

§ 2º As modificações orçamentárias de que trata o parágrafo anterior serão solicitadas pelas secretarias de Estado e órgãos equivalentes, e autorizadas



eletronicamente pela Secretaria de Planejamento, Gestão e Desenvolvimento Regional.

§ 3º As modificações tratadas neste artigo serão efetuadas diretamente no Sistema Orçamentário-Financeiro Corporativo do Estado e-Fisco, através de lançamentos contábeis específicos.

Art. 12. As alterações ou inclusões de categoria econômica e de grupos de despesa entre ações constantes da lei orçamentária e de créditos adicionais serão feitas mediante a abertura de créditos suplementares, através de decreto do Poder Executivo, respeitados os objetivos das referidas ações, conforme disposto no art. 36 da Lei nº 18.297, de 2023.

Art. 13. Para efeito da execução orçamentária, a discriminação, o remanejamento e a inclusão dos elementos em cada grupo de despesa das ações constantes da presente Lei e de créditos adicionais, serão efetuados mediante registro contábil diretamente no Sistema Orçamentário - Financeiro Corporativo do e-Fisco.

Parágrafo único. A Secretaria de Planejamento, Gestão e Desenvolvimento Regional disponibilizará a cada órgão titular de dotações orçamentárias, o respectivo detalhamento das despesas por elemento, através do Gerenciamento do Planejamento Orçamentário – GPO, do e-Fisco.

Nesse sentido, atente-se que não há qualquer irregularidade na fixação de percentual para abertura de créditos adicionais suplementares, nem no estabelecimento de dispositivos que autorizem a abertura destes créditos em situações excepcionais, devendo ser reconsiderado o presente apontamento.

[ID.08] Omissão no dever de comprovar a existência de superavit financeiro do exercício anterior, por fonte, disponível para a abertura de créditos adicionais (Item 2.2).



Neste item, a equipe de auditoria recomenda que se observem as fontes de recursos quando da abertura de créditos adicionais por superavit financeiro apurado no Balanço Patrimonial.

Assim, o Defendente informa que determinou que a Secretaria de Finanças do Município de Jurema, após ciência do relatório elaborado, em havendo créditos adicionais por superavit financeiro, adote a vinculação do crédito as fontes recursos devidas.

Portanto, considerando pelo TCE-PE e sua postura orientadora, é justo e razoável que a ausência do demonstrativo seja tratada no campo das recomendações, fornecendo à entidade a oportunidade de correção sem impor ônus excessivos.

III.v - *Omissão no dever de comprovar a existência de superavit financeiro do exercício anterior, por fonte, disponível para a abertura de créditos adicionais (Item 2.2).*

Neste item, a equipe de auditoria recomenda que se observem as fontes de recursos quando da abertura de créditos adicionais por superavit financeiro apurado no Balanço Patrimonial.

Assim, o Defendente informa que determinou que a Secretaria de Finanças do Município de Jurema, após ciência do relatório elaborado, em havendo créditos adicionais por superavit financeiro, adote a vinculação do crédito as fontes recursos devidas.

Portanto, considerando pelo TCE-PE e sua postura orientadora, é justo e razoável que a ausência do demonstrativo seja tratada no campo das recomendações, fornecendo à entidade a oportunidade de correção sem impor ônus excessivos.

III.vi - *[ID.09] Deficit de execução orçamentária no montante de R\$ 1.124.744,31, observando-se que foram utilizados R\$ 3.287.365,11 de*



superavit financeiro do exercício anterior como fonte para abertura de créditos adicionais (Item 2.3).

O déficit da execução orçamentária se consolida pela dificuldade da municipalidade na manutenção de serviços públicos essenciais, tendo em vista que o município pode ser afetado por eventos externos imprevisíveis, como crises econômicas nacionais ou regionais, mudanças legislativas que impactam as finanças municipais, ou desastres naturais que exigem gastos adicionais de emergência.

De tal forma, que a manutenção do pacto federativo, ao qual submetem a distribuição equitativa e justa de recursos públicos não se demonstram eficazes para manutenção dos serviços essenciais.

Não se trata apenas de uma questão formal, de formação do déficit. Reflete na obrigação legal de propor políticas públicas.

Existe um tensionamento entre a centralização de recursos e competências na União versus a descentralização para Estados e Municípios, buscando maior eficiência na gestão pública e na prestação de serviços à população.

III.vi - [ID.10] Saldo negativo em conta do Quadro de Superavit/Deficit do Balanço Patrimonial, sem justificativa em notas explicativas, evidenciando ineficiente controle contábil por fonte/aplicação de recursos (Item 3.1).

Aduz a auditoria que foram demonstradas no Balanço Patrimonial de forma detalhada as disponibilidades por fonte/destinação de recursos, inclusive, com nota explicativa discorrendo sobre as possíveis fontes de recursos negativas, seguindo o que determina o MCASP. No entanto, alega que houve ineficiência no controle contábil por fonte de recurso.

De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP)– 9ª Edição, aprovado por meio da Portaria Conjunta STN/SOF n.º 117, de 28 de outubro de 2021, o quadro citado pela Auditoria poderá



apresentar algumas fontes com déficit e outras com superávit financeiro. Eis o teor do subitem 4.2.4 da Parte V do referido Manual:

4.2.4. Este quadro apresenta o superávit / déficit financeiro, apurado conforme o § 2º do art. 43 da Lei nº 4.320/1964. Será elaborado utilizando-se o saldo da conta 8.2.1.1.1.00.00 Disponibilidade por Destinação de Recurso (DDR), segregado por fonte / destinação de recursos 15. Como a classificação por fonte / destinação de recursos não é padronizada, cabe a cada ente adaptá-lo à classificação por ele adotada. **Poderão ser apresentadas algumas fontes com déficit e outras com superávit financeiro, de modo que o total seja igual ao superávit / déficit financeiro apurado pela diferença entre o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro conforme o quadro dos ativos e passivos financeiros e permanentes.**

Nesse contexto, verifica-se que o controle contábil existe e é eficiente, evidenciando tanto os déficits quanto os superávits, conforme disciplina o Manual de Contabilidade.

III.viii - [ID.11] Incapacidade de pagamento imediato de seus compromissos de curto prazo (liquidez imediata <1) (Item 3.1).

[ID.12] Incapacidade de pagamento de seus compromissos de até 12 meses contando com os recursos a curto prazo: caixa, bancos, estoques etc. (liquidez seca <1) (Item 3.5).

Diante da constatação de que o Município de Jurema encerrou o exercício de 2022 com uma Liquidez Imediata de 0,82 e uma Liquidez Seca de 0,85, é fundamental contextualizar esses números à luz da complexa situação econômica enfrentada durante o período, especialmente em decorrência dos impactos contínuos da pandemia de COVID-19.

Primeiramente, é importante salientar que a Liquidez Imediata, ao revelar a capacidade do município em honrar seus compromissos de curto prazo utilizando apenas suas disponibilidades de caixa e bancos, reflete a pressão financeira que enfrenta.



No entanto, é preciso considerar que as circunstâncias excepcionais, como os desafios econômicos derivados da pandemia, podem ter influenciado significativamente esse indicador. A necessidade de destinar recursos para mitigar os efeitos sociais e econômicos da crise impactou negativamente a liquidez imediata do município.

Ademais, é crucial ressaltar que os indicadores de liquidez, embora forneçam informações importantes sobre a saúde financeira do município, não devem ser avaliados isoladamente. Outras variáveis, como a capacidade de geração de receitas, a eficiência na gestão de despesas e investimentos, e as condições macroeconômicas locais e regionais, também desempenham um papel fundamental na análise da situação financeira de Jurema.

III. viii - [ID.13] *Relação Despesa Corrente / Receita Corrente maior que 95% (item 5.1).*

O apontamento em tela trata do disposto no Art. 167-A da Constituição Federal, que estabelece o que segue:

Art. 167-A - Apurado que, no período de 12 (doze) meses, a relação entre despesas correntes e receitas correntes supera 95% (noventa e cinco por cento), no âmbito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, é facultado aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, ao Ministério Público, ao Tribunal de Contas e à Defensoria Pública do ente, enquanto permanecer a situação, aplicar o mecanismo de ajuste fiscal de vedação da: [...]

Pela redação do dispositivo em destaque, percebe-se que se trata de uma faculdade conferida aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, ao Ministério Público, ao Tribunal de Contas e à Defensoria Pública do ente, enquanto permanecer a situação, aplicar o mecanismo de ajuste fiscal de vedação prevista nos incisos I a X, quando apurado que, no período de 12 (doze) meses, a relação entre despesas correntes e receitas correntes supera 95% (noventa e cinco por cento).



Essa faculdade é cogente para os municípios que pretendem tomar empréstimos com a União ou com outros entes, conforme dispõe o § 6º do art. 167-A da CF.

Assim sendo, considerando que não estava no Planejamento do Município a obtenção de empréstimos/operações de créditos, o apontamento não se reveste de irregularidade, devendo ser relevado ao campo das recomendações.

[ID.14] Despesa Total com Pessoal apurada incorretamente a menor nos demonstrativos fiscais, prejudicando, ao longo do exercício, a verificação precisa da obediência aos limites legal e prudencial estabelecidos pela LRF (Item 5.3).

A Auditoria evidencia que entre o percentual da despesa com pessoal apurado no relatório (53,75%) e o apresentado no RGF do 3º quadrimestre de 2022 (52,20), ocorreu uma divergência de 1,55%.

Embora o cálculo apresentado pela Auditoria tenha exibido uma mínima divergência em comparação com o evidenciado no Relatório de Gestão Fiscal do 3º quadrimestre, é fundamental destacar que a despesa com pessoal do Município de Jurema manteve-se dentro do percentual estabelecido no art. 20, inciso III, alínea b, da Lei de Responsabilidade.

Nesse contexto, considerando a inexistência de dolo, bem como de qualquer espécie de danos ao erário, espera-se que o apontamento seja relevado ao campo das recomendações.

[ID.15] Inscrição de Restos a Pagar Processados a serem custeados com recursos vinculados sem que houvesse disponibilidade de caixa (Item 5.5).

[ID.16] Inscrição de Restos a Pagar Processados a serem custeados com recursos não vinculados sem que houvesse disponibilidade de caixa (Item 5.5).

[ID.17] Inscrição de Restos a Pagar Não Processados a serem custeados com recursos não vinculados sem que houvesse disponibilidade de caixa (Item 5.5).



O relatório de Auditoria apresenta, por meio da Tabela 5.5. Inscrição de Restos a Pagar Processados, sem que houvesse disponibilidade de recursos, vinculados ou não vinculados, para seu custeio.

Após análise, foi possível verificar que a disponibilidade de caixa ainda sofre impacto dos restos a pagar deixados pela gestão anterior. Ao observar demonstrativo da dívida flutuante de 2022, percebe-se que ao final do exercício de 2022, o Município ainda estava com um saldo de restos a pagar de gestões anteriores na monta de **R\$ 2.947.586,10** (2016-2020), afetando significativamente a disponibilidade de caixa.



ESTADO DE PERNAMBUCO
 MUNICÍPIO DE JUREMA
 Dívida Flutuante - Consolidado

Anexo 17 - Art. 92 da Lei Federal nº 113/2000

De 01/01/2022 à 31/12/2022

Conta	Saldo Anterior	Movimentação no período						Saldo Atual
		Inscrição	Baixa		Transferência de restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores para em liquidação ou liquidado			
			Pagamento	Cancelamento	Inscrição	Baixa		
RESTOS A PAGAR								
531000000 - INSCRIÇÃO DE RP NÃO PROCESSADOS	0,00	35.599,50	0,00	0,00	0,00	0,00	35.599,50	
Exercício - 2022	0,00	35.599,50	0,00	0,00	0,00	0,00	35.599,50	
532000000 - INSCRIÇÃO DE RP PROCESSADOS	3.856.994,35	2.001.761,72	870.377,09	0,00	0,00	0,00	4.985.617,98	
Exercício - 2016	864.039,32	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	864.039,32	
Exercício - 2017	233.146,19	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	233.146,19	
Exercício - 2018	620.951,41	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	620.951,41	
Exercício - 2019	158.014,87	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	158.014,87	
Exercício - 2020	1.375.732,85	0,00	304.298,54	0,00	0,00	0,00	1.071.434,31	
Exercício - 2021	605.109,71	0,00	566.078,55	0,00	0,00	0,00	39.031,16	
Exercício - 2022	0,00	2.001.761,72	0,00	0,00	0,00	0,00	2.001.761,72	
Soma:	3.856.994,35	2.037.361,22	870.377,09	0,00	0,00	0,00	5.023.378,48	

Assim sendo, se fossem desconsiderados os impactos que os restos a pagar deixados pelas gestões anteriores na disponibilidade de caixa, os restos a pagar inscritos em 2022 estariam totalmente lastreados financeiramente.

Nesse contexto, requer sejam considerados os fatos que afetam negativamente a gestão atual, mas que decorrem de condutas de gestões pretéritas.

III. ix - [ID.18] Realização de despesas com recursos do FUNDEB sem lastro financeiro, em montante acima da receita recebida no exercício (Item 6.2.2).

O Relatório de Auditoria aponta que teriam sido realizadas despesas com o FUNDEB sem lastro financeiro.

Ressalte-se, que as despesas inscritas em restos a pagar sem lastro financeiro do FUNDEB em 2022, embora não possam ser quitadas com



recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação do exercício de 2023, podem ser quitadas com recursos próprios.

Diante do exposto, considerando que a existência de restos a pagar vinculados ao FUNDEB não se caracteriza como uma irregularidade, podendo, tais despesas, serem pagas com recursos próprios, requer-se a reconsideração do apontamento.

[ID.19] RPPS em desequilíbrio financeiro, haja vista o resultado previdenciário negativo de R\$ 280.940,09, valor que representa a necessidade de financiamento do regime para pagar os benefícios previdenciários do exercício (Item 8.1).

A Auditoria indica um RPPS em desequilíbrio financeiro no valor de R\$ 280.940,09, ao qual foi integralmente custeado com recursos do Tesouro Municipal para pagamento de Aposentadorias e Pensões, não gerando, qualquer instabilidade operacional para os servidores inativos da municipalidade.

Aliás, essa indicação é de que os eventuais déficits financeiros do RPPS precisam ser custeados com recursos do Tesouro Municipal conforme preceitua a Portaria MPS 464 de 19/11/2018.

A indicação de déficits previdenciários não é uma prerrogativa de ação de administrador público de forma pontual, é fruto de discussões complexas e históricas do próprio sistema previdenciário brasileiro.

No período entre a promulgação da Constituição Federal, o advento da Emenda Constitucional nº 03/1993 – que pela primeira vez previu que o custeio por parte dos servidores, e não só o ente –, e a publicação da Lei Federal nº 9.717/1998, os RPPS não tinham parâmetros sobre valor mínimo de alíquotas, tanto por parte dos servidores quanto por parte do ente federativo.

Esse vácuo legislativo foi um dos causadores do atual desequilíbrio atuarial da maior parte dos fundos próprios de previdência dos municípios, porque não havia parâmetros sobre os valores de alíquotas mínimas que deveriam ser vertidas como contribuições do Ente e dos servidores, para assegurar o pagamento futuro dos benefícios previdenciários.



Trata-se, portanto, o passivo atuarial, de uma "dívida antiga" do ente municipal em relação ao fundo previdenciário dos servidores municipais, seja porque não houve o devido repasse das contribuições do ente e do servidor para fins de cobertura dos benefícios assegurados, seja pelo uso indevido desses recursos em outros compromissos que não os previdenciários.

No ano de 2008, o hoje extinto Ministério da Previdência Social (MPS) levando em conta o grande número de RPPS com déficit atuarial publicou a Portaria nº 403, quando pela primeira vez dispôs, no artigo 18, sobre um plano de amortização do passivo atuarial. Na referida portaria o plano de amortização foi estabelecido num prazo máximo de 35 (trinta e cinco) anos, período em que os entes federados transferem aos cofres do RPPS o valor correspondente à uma alíquota suplementar para cobrir/eliminar o passivo atuarial. O plano de amortização, anualmente recalculado com base no Demonstrativo de Regularidade de Avaliação Atuarial (DRAA), consiste no estabelecimento de alíquota suplementar de contribuições ou em aportes periódicos cujos valores são preestabelecidos e somente é considerado implementado a partir da inclusão desta em Lei municipal.

Além da completa falta de normatização por parte do extinto Ministério da Previdência Social, praticamente até o ano de 1998, a falta de repasses das contribuições do ente aos RPPS, é uma das que mais têm levado estes órgãos previdenciários ao déficit, seja ele atuarial, seja ele financeiro.

A inserção de servidores que nada contribuíram com os Fundos de Aposentadoria, também desequilibrou. A incorreta ou inexistente Compensação Previdenciária entre os RPPS e o RGPS, em razão da concessão e pagamento de aposentadorias ou pensões, contando período de trabalho anterior ao ingresso no serviço público, em que este teve contribuição vertida para o regime geral, é outra situação desestabilizadora das contas.

Fora as situações já elencadas ainda existem erros gravíssimos de legislações condescendentes, com integralizações “não proporcionais” de funções gratificadas, com pouquíssimo tempo de “custeio sobre a mesma”, entre outras benesses.

Para tanto a existência desse desequilíbrio ensejará do gestor público diversas ações relacionadas ao reestabelecimento deste equilíbrio financeiro de curto prazo, com aportes ou outras medidas, como a realizada pelo



ente, com o adiantamento de parcelamentos realizados, de débitos advindos de gestões pretéritas.

III. x – [ID.20] RPPS em desequilíbrio atuarial, haja vista o deficit atuarial de R\$ 85.531.738,63 (Item 8.2)

Ressalte que o resultado previdenciário é influenciado por diversos fatores, **muitos dos quais compulsórios e por diversas vezes imprevisíveis.**

Ademais, o Defendente não pode ser responsabilizado pela crise previdenciária generalizada no país, como, por exemplo, o envelhecimento da população, que agora atinge idades mais avançadas, e, por conseguinte, recebeu mais tempo o benefício, além do Plano de Cargos e Carreiras dos Profissionais do Magistério em paralelo com o piso nacional dos professores que onerou as folhas de pagamentos dos institutos de previdência, bem como os reflexos dos direitos adquiridos às regras transitórias de aposentadoria que oneram o fluxo de caixa da previdência, dentre outros fatores que fogem da seara de gestão do Defendente, pois advém de fatos externos ou mesmo reflexo das antigas normas constitucionais mais flexíveis que concederam uma série de direitos aos servidores que, fatalmente, não teriam como manter superavitário o sistema previdenciário brasileiro com o decorrer dos anos.

Aliás, no sentido de relativizar tais apontamentos, assim tem se manifestado este tribunal em julgamentos recentes, a exemplo do abaixo colacionado, publicado em junho de 2019.

PROCESSO TCE-PE N° 17100039-0

RELATOR: CONSELHEIRO DIRCEU RODOLFO DE MELO JÚNIOR

MODALIDADE - TIPO: Prestação de Contas - Governo

EXERCÍCIO: 2016



UNIDADE JURISDICIONADA: Prefeitura Municipal de Gravatá

Constato que o atuarial do Plano Financeiro reduziu entre os exercícios *deficit* de 2015 e 2016, mas, ainda assim, **é bastante elevado o deficit atuarial**. Já no Plano Previdenciário, nos termos relatado pela auditoria, também teve um aumento, mas devido o Prefeito está em primeiro ano de mandato, ainda que por intervenção, não responde de forma objetiva sob os dos planos de previdência, no presente caso. Ademais, *deficits* o Gestor repassou de forma integral e tempestiva as contribuições previdenciárias para o RPPS no exercício destas contas, sendo assim, o Prefeito não contribuiu no exercício de 2016 para o aumento do *deficit* atuarial. No exercício destas contas a Prefeitura Municipal de Gravatá adotou as alíquotas previdenciárias conforme recomendação da reavaliação atuarial – DRAA de 2016. Seguindo orientação dominante deste Tribunal, tomo por ressalvas/irregularidades eminentemente formais ou de resolução que exigem prossecução e ajustes de longo tempo, não ensejadoras, de rejeição das contas, no presente caso, desde que não reiteradas, os seguintes aspectos apontados pela Auditoria, nos termos do Relatório de Auditoria:

De outro norte, cumpre destacar que buscando viabilizar o cumprimento das obrigações do RPPS, a própria legislação federal adotou comando em que o Ente Federativo é compelido a realizar aportes no caso de insuficiência financeira do órgão previdenciário. Portanto, independente da ocorrência de déficit financeiro e/ou atuarial, os usuários do RPPS estão protegidos pela regra inserta no § 1o do art. 2o da Lei Federal nº 9.717/98, *in verbis*:

“Art. 2o A contribuição da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, aos regimes próprios de previdência social a que estejam vinculados seus servidores não poderá ser inferior ao



valor da contribuição do servidor ativo, nem superior ao dobro desta contribuição.

§ 1o A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios são responsáveis pela cobertura de eventuais insuficiências financeiras do respectivo regime próprio, decorrentes do pagamento de benefícios previdenciários.” -

Destacou-se

Assim, importante ressaltar que o desequilíbrio em comento não enseja o risco de inadimplemento dos segurados, visto que é o próprio Município garantidor, em última instância, da aposentadoria de seus servidores que contribuem com o RPPS.

Dessa maneira, não pode eventual desequilíbrio do regime próprio de previdência recair sobre o Defendente, vez que além de tal situação ter sido ocasionada por fatores externos, trata-se de problemática que atinge praticamente todas as municipalidades pernambucanas, conforme se observa através de reportagem do Diário de Pernambuco, publicada no dia 03/06/2016, que demonstra a situação de calamidade enfrentada pelos Institutos de Previdência do Estado⁵. Vejamos:

“Os regimes próprios de previdência (RPPS) dos municípios pernambucanos estão em colapso. Levantamento parcial feito pela Associação Municipalista de Pernambuco (Amupe) aponta que mais de 90% das 146 prefeituras que têm institutos próprios de previdência estão sem recursos para pagar os aposentados e pensionistas. A situação se agravou com a crise econômica que provocou a queda de arrecadação dos municípios. Além da dificuldade de quitar a folha de pessoal da ativa, as prefeituras têm que cobrir mensalmente o rombo da previdência. A conta não fecha porque a arrecadação das contribuições é menor do que as despesas. Existe o risco de faltar dinheiro para pagar os benefícios. - Destacou-se.

Desta feita, as supostas falhas apontadas no relatório combatido devem ser analisadas com esteio nos princípios da juridicidade, da



proporcionalidade, da razoabilidade e da verdade material, sobretudo levando em consideração a hodierna situação econômico-financeira vivenciada pelo País e os resultados, indicadores e limites obtidos pela gestão municipal em todas as áreas.










Diante do exposto, pleiteamos o afastamento desta irregularidade uma vez que esta Corte de Contas expediu por diversas vezes, que tal infração não é condição suficiente para ensejar rejeição da Prestação de Contas, requerendo-se que sejam considerados os argumentos supracitados, relevando o apontamento ao campo das recomendações.

III.xi- [ID.21] *Recolhimento menor que o devido ao RPPS de contribuição decorrente de parcelamento de débitos previdenciários (Item 8.4).*

Cotejando-se o Demonstrativo da Dívida Fundada (doc. 12) com o Demonstrativo de Recolhimento das Contribuições Previdenciárias ao RPPS (doc. 42), a auditoria identificou a suposta falta de comprovação de pagamento de parcelamento de débitos previdenciários para com o RPPS no valor de **R\$ 171.895,84** (R\$ 821.998,56 - R\$ 650.102,72).

Vale salientar que a baixa de R\$ 821.998,56, não se trata de amortização de parcelamento. Mas sim da inscrição em curto prazo de valores a receber no próximo exercício. Conforme demonstrado abaixo:



Seq.	165	<input type="checkbox"/> Lançamento de Encerramento	Nº Documento	201 (*)
Data	30/12/2022 (*)		Valor	821.998,56 (*)
Credor	 			
Conta Débito	224320100 	(*) TRIBUTOS MUNICIPAIS RENEGOCIADOS		
Fonte Débito		(*)		
Conta Crédito	211420600 	(*) Contribuições Previdenciárias - Débito Parcelado		
Fonte Crédito	15000000 	(*) Recursos não Vinculados de Impostos		
Complemento	Anexos			
Centro Custo				
Órgao				
Unid. Orç.				
Descrição	REFERENTE A TRANSFERENCIA DE PARCELAMENTO DE LONGO PARA CURTO PRAZO. (*)			

Por fim, saliento que todas os recolhimentos relativos a parcelamentos foram devidamente pagos pelo o Município, conforme já evidenciado em relatório de auditoria no valor de R\$ 650.102,72.

III.xii - [ID.22] Não adoção de alíquota sugerida na avaliação atuarial, a qual corresponde a percentual que conduziria o RPPS a uma situação de equilíbrio atuarial (Item 8.3).

É importante frisar, que todas as contribuições previdenciárias devidas ao RPPS do exercício financeiro de 2022, foram integralmente repassados. Conforme é apontado pelo Relatório de Auditoria.

Assim é necessário ressaltar que o desequilíbrio atuarial não decorre exclusivamente de contribuições não recolhidas ou de alíquotas não adotadas, quando sugeridas pelo atuário.

Existem outros fatores que influenciaram diretamente, tais como aumento da remuneração dos profissionais da educação, do aumento do salário mínimo que impactaram diretamente o desequilíbrio do Regime Próprio de Previdência Social, gerando, por conseguinte, o aumento do déficit.



O desequilíbrio existe e não é diferente da maioria dos RPPS do Estado de Pernambuco. No entanto, a Defendente desde o primeiro dia de gestão a frente do Município de Jurema tem se esmerado para reduzi, tanto é, que não existe histórico de atraso das contribuições sociais.

Como se sabe, o valor do resultado da avaliação atuarial é em função de inúmeras variáveis financeiras no momento dos seus estudos. Observa-se que nos RPPS a avaliação atuarial, peça principal do acompanhamento e monitoramento dos riscos de qualquer plano previdenciário, que a população mais atendida, é primordialmente do sexo feminino, boa parte professores, pois como é sabido, mulheres e professores possuem menos tempos de contribuição e mais tempo de recebimento de benefícios.

Além disso, boa parte dessas variáveis não são controladas pela administração, uma vez que não se pode impor limitações para a entrada no serviço público, sejam elas de gênero ou etária.

Portanto não são variáveis diretamente controlada pela gestão administrativa de um RPPS, portanto é valido anda ressaltar a Jurisprudência deste Tribunal de Contas não considerar que a presente irregularidade não é suficiente para macular a prestação de contas, observa-se:

12ª SESSÃO ORDINÁRIA DA PRIMEIRA CÂMARA
REALIZADA EM 13/04 /2021 PROCESSO TCE-PE Nº
19100057-7 RELATOR: CONSELHEIRO CARLOS
NEVES MODALIDADE - TIPO: Prestação de Contas -
Governo EXERCÍCIO: 2018 UNIDADE
JURISDICIONADA: Prefeitura Municipal de Carpina
INTERESSADOS: Manuel Severino da Silva MARCIO
JOSE ALVES DE SOUZA (OAB 05786-PE) ORGÃO
JULGADOR: PRIMEIRA CÂMARA PRESIDENTE DA
SESSÃO: CONSELHEIRO CARLOS NEVES

PARECER PRÉVIO ORÇAMENTO PÚBLICO,
FINANÇAS E PATRIMÔNIO. CONTROLES.

RESPONSABILIDADE FISCAL. DESPESA TOTAL COM
PESSOAL. LIMITE. REGIME PRÓPRIO DE
PREVIDÊNCIA (RPPS). EQUILÍBRIO FINANCEIRO E
ATUARIAL.



1. Falhas de controle na gestão orçamentária, financeira e patrimonial ensejam determinações, haja vista jurisprudência da Casa.
2. Despesa Total com Pessoal acima do limite estabelecido contraria o art. 20, inciso III, alínea “b”, da LRF, no entanto, tratando-se de única irregularidade com maior gravidade, constatada nas Contas de Governo, enseja ressalvas, conforme jurisprudência mais recente deste Tribunal.
3. Regime Próprio de Previdência em desequilíbrio financeiro e atuarial pressupõe adoção imediata de medidas com fins de sanar a situação.

Decidiu, à unanimidade, a PRIMEIRA CÂMARA do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco em sessão Ordinária realizada em 13/04 /2021, Manuel Severino Da Silva:

CONSIDERANDO os termos do Relatório de Auditoria (doc. 65) e da defesa apresentada (doc. 68);

CONSIDERANDO que houve cumprimento dos limites mínimos de aplicação de recursos na Saúde (17,85% da receita vinculável em Saúde), na Educação (39,28% da receita vinculável na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino) e na remuneração dos profissionais do magistério da educação básica (68,18% dos recursos do FUNDEB);

CONSIDERANDO a observância ao limite da Dívida Consolidada Líquida (DCL), das alíquotas de contribuição previdenciária junto ao RPPS, assim como o recolhimento integral das contribuições devidas ao RPPS;



CONSIDERANDO, no entanto, as falhas de controle constatadas, desde o planejamento governamental à execução orçamentária e financeira, contrariando as normas de controle orçamentário, financeiro e patrimonial, em especial os artigos 85 e 89 da Lei Federal n 4.320/64;

CONSIDERANDO que, à luz dos Princípios da Proporcionalidade e Razoabilidade, assim como de recentes precedentes na jurisprudência deste Tribunal de Contas (a exemplo do Parecer Prévio contido nos Processos TCE-PE n 19100166-1, 19100227-6, 19100268-9 e os 19100203-3), em que pese ter ocorrido a extrapolação do limite de Despesa Total com Pessoal pelo Poder Executivo Municipal, no exercício sob análise, esta foi a única irregularidade de maior gravidade ocorrida na gestão do interessado;

CONSIDERANDO as falhas constatadas quanto à gestão do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), quais sejam: resultado previdenciário negativo de R\$ 5.201.501,40; RPPS em desequilíbrio atuarial; ausência de implementação em lei de plano de amortização do déficit atuarial (déficit de R\$ 466.413.657,69); assim como a não adoção de alíquota sugerida na avaliação atuarial, a qual corresponde a percentual que conduziria o RPPS a uma situação de equilíbrio atuarial;

CONSIDERANDO que as irregularidades apontadas pela auditoria ensejam determinações para que não voltem a se repetir em futuros exercícios.



CONSIDERANDO o disposto nos artigos 70 e 71, inciso I, combinados com o artigo 75, bem como com os artigos 31, §§ 1º e 2º, da 1. 2. 3. 4. 5. 6. Constituição Federal e o artigo 86, § 1º, da Constituição de Pernambuco;

EMITIR Parecer Prévio recomendando à Câmara Municipal de Carpina a aprovação com ressalvas das contas do(a) Sr(a). Manuel Severino Da Silva, Prefeito, relativas ao exercício financeiro de 2018.

[...]

CONSELHEIRO CARLOS NEVES, relator do processo, Presidente da Sessão CONSELHEIRO VALDECIR PASCOAL: Acompanha CONSELHEIRO RANILSON RAMOS: Acompanha Procuradora do Ministério Público de Contas: MARIA NILDA DA SILVA (destaques nossos)

III.xiii - [ID.23] Nível “Básico” de transparência da gestão, conforme Levantamento Nacional de Transparência Pública (LNTP), evidenciando que a Prefeitura não disponibilizou integralmente para a sociedade o conjunto de informações necessárias (Item 9).

Por fim, trouxe a Auditoria que o município de Jurema, no exercício de 2022, obteve o nível de transparência básico.

Nesse sentido, não podemos nos afastar da importância de melhorar constantemente a transparência pública, o que vem fazendo o defendente, contudo, são ações que levam algum tempo para sua completa implementação e mais, para que os resultados efetivamente apareçam.

É certo que, devendo informar que saímos do nível básico, anteriormente, estando atualmente no nível intermediário, e quem sabe, no ano de 2024, passaremos a prata, ouro ou até diamante.



Ficamos muito próximos de atingir o nível prata, mas, infelizmente ficamos no nível intermediário no exercício 2023, igualmente as 147 prefeituras de Pernambuco que ficaram nessa posição, demonstrando não ser um problema apenas de Jurema.

Nessa toada, pugnamos pelo abrandamento de qualquer punição do presente ponto, posto que o trabalho vem sendo realizado de forma incessante, para cumprimento do princípio da transparência, com a certeza de que, muito em breve, o objetivo será alcançado.

IV – Considerações Finais

Ante o exposto, pode-se afirmar que ocorreram simples falhas formais na elaboração da Prestação de Contas do Prefeito do Município de Jurema, relativa ao Exercício de 2022, as quais não ensejam a irregularidade das contas, visto que, não gerou danos ao erário, não foi cometida por dolo ou má-fé, não desviou recursos públicos, sendo passível de enquadramento como falha formal, nos termos do artigo 59, inciso II, da Lei Federal nº 12.600/04.

Outrossim, tem-se que o Relatório Prévio de Auditoria apresentou apenas algumas pequenas inconsistências durante todo o Exercício Financeiro de 2022, onde os Defendentes acreditam que tais falhas não são capazes de macular suas contas, tendo em vista que são irregularidades de ínfima monta.

Este Tribunal por diversas vezes vem decidindo que as falhas de não relevantes não ensejadoras irregularidades das contas. Em outras decisões, uma vez que as diferenças apontadas foram meramente formais, não haveria, como se julgar irregulares as contas do Defendente por tal falha ser totalmente sanável:

Assim, requer o acatamento das justificativas acima, para que as contas sejam julgadas regulares sem a aplicação de qualquer penalidade do Defendente, dando-lhe total quitação do exercício auditado.

V – Dos Requerimentos

Diante do exposto, conforme argumentação retro e documentação acostada, restou provado que as falhas apontadas pela Ilustre



Auditoria dessa Colenda Corte de Contas não constituem óbice à emissão de Parecer Prévio pela aprovação das contas dos Defendentes, a merecer reconsideração do Relatório de Auditoria, para que sejam aprovadas as contas em análise, sem aplicação de multa ou qualquer outra penalidade ao Gestor.

Outrossim, requer a produção de todas as provas em direito admitidas, e, vistas dos autos, caso sejam juntadas peças não submetidas ao exame do Defendente, bem como do Memorial de Apreciação de Defesa, elaborado pelos técnicos desta Corte de Contas.

Pede-se que todas as intimações se deem em nome de Paulo Arruda Veras, OAB-PE 25.378.

Pede deferimento

Recife, 30 de outubro de 2024

Paulo Arruda Veras
OAB-PE 25.378